

KARDEX (X)
 MC ()
 PP ()
 BOC. GERAL ()

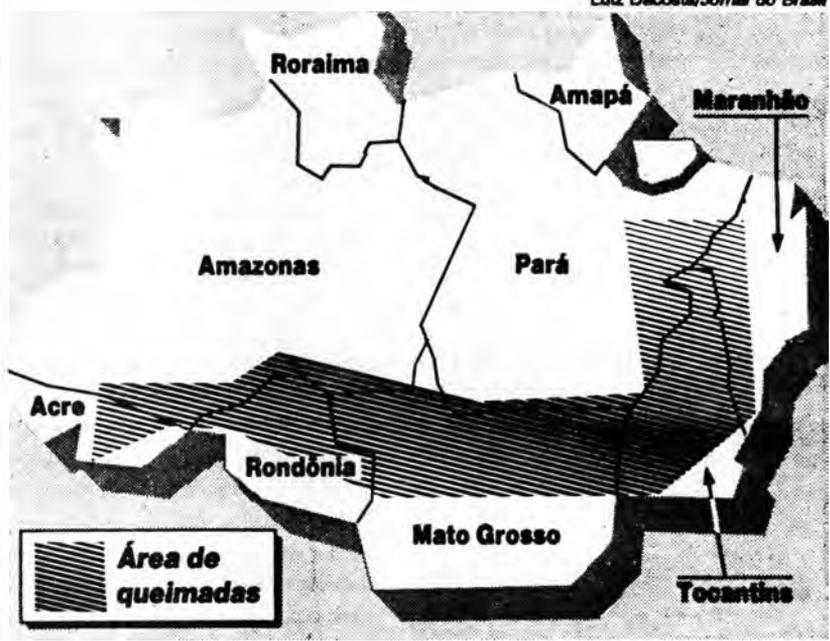
Aconteceu

Biblioteca Koinonia
 () Cadastro
 () Processos

Inpe registra 55 mil focos de incêndio na Amazônia

O satélite americano Noaa registrou 55 mil focos de incêndio na floresta amazônica no período de 1º de julho a 23 de agosto. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), sediado em São José dos Campos, vem repassando diariamente esses dados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), desde abril responsável pela Operação Amazônia, de combate às queimadas.

Mato Grosso lidera o foco de queimadas, com 57% do total. Mas há registros de grandes incêndios também no norte de Tocantins, sul do Pará, sudoeste do Maranhão e Rondônia. O coordenador da Operação Amazônia, Hélio Pereira, denuncia que grandes fazendeiros estão contratando centenas de colonos sem-terra, como se fossem posseiros, para desmatar e fazer queimadas. (página 7)



Lutz Decosta/Jornal do Brasil

Suplemento especial discute analfabetismo e política educacional

Aconteceu

CEDI
 Suplemento 2

Congresso de Alfabetização reunirá 2 mil educadores em São Paulo

Comunidade pelo Direito de Resposta e Trabalho na Alfabetização (CEDI), o Conselho Nacional de Alfabetização (CNA) e o Conselho Nacional de Educação (CNE) realizaram em São Paulo o Congresso Nacional de Alfabetização e Cidadania, que reuniu mais de 2 mil educadores de todo o Brasil. O CEDI organizou o evento em São Paulo, no Hotel Intercontinental, em uma semana de trabalho intenso. O Congresso foi dividido em dois blocos: o primeiro, dedicado à alfabetização, e o segundo, dedicado à cidadania. O Congresso foi aberto pelo governador de São Paulo, Mário Covas, em uma cerimônia que contou com a presença de autoridades locais e nacionais. O Congresso foi dividido em dois blocos: o primeiro, dedicado à alfabetização, e o segundo, dedicado à cidadania. O Congresso foi aberto pelo governador de São Paulo, Mário Covas, em uma cerimônia que contou com a presença de autoridades locais e nacionais.



CUT critica plano do MEC

O Conselho Nacional de Alfabetização (CNA) e o Conselho Nacional de Educação (CNE) realizaram em São Paulo o Congresso Nacional de Alfabetização e Cidadania, que reuniu mais de 2 mil educadores de todo o Brasil. O CEDI organizou o evento em São Paulo, no Hotel Intercontinental, em uma semana de trabalho intenso. O Congresso foi dividido em dois blocos: o primeiro, dedicado à alfabetização, e o segundo, dedicado à cidadania. O Congresso foi aberto pelo governador de São Paulo, Mário Covas, em uma cerimônia que contou com a presença de autoridades locais e nacionais.

O Congresso foi dividido em dois blocos: o primeiro, dedicado à alfabetização, e o segundo, dedicado à cidadania. O Congresso foi aberto pelo governador de São Paulo, Mário Covas, em uma cerimônia que contou com a presença de autoridades locais e nacionais.

O Suplemento 2 do *Aconteceu* analisa a atribulada trajetória do governo federal frente ao desafio de erradicação do analfabetismo. Chama a atenção para a continuidade de pessoas e condutas no MEC que mantém a rede de escolas públicas em estado desolador e adia a universalização do ensino básico. Mostra as críticas da CUT ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, a relação entre dívida externa e educação e as opiniões de educadores sobre como lidar com 20 milhões de analfabetos. (páginas centrais)

Governo ameaça grevistas com LSN

Com a perspectiva de um setembro de muitas greves, o governo ameaça usar a Lei de Segurança Nacional. As medidas estão sendo articuladas pelo Dops. (página 3)

CNBB condena política salarial e uso abusivo de medidas provisórias

Depois de quatro dias reunido em Brasília, o Conselho Permanente da CNBB pronunciou-se considerando inaceitáveis os "parcos salários pagos à maioria" e o "uso abusivo de medidas provisórias" pelo governo Collor. (página 5)

Governo quer endurecer lei de greve

O governo vai propor mudanças na lei de greve em relação aos serviços essenciais na reunião com empresários e trabalhadores, convocada para discutir o "entendimento nacional". A intenção é endurecer a legislação atual, criando o instrumento da convocação civil. Através dele, o governo poderia convocar funcionários para garantir o funcionamento de setores considerados essenciais.

A informação foi dada pelo ministro da Justiça, Bernardo Cabral, e pelo consultor-geral da República, Célio Silva. Cabral está preocupado com o funcionamento dos setores essenciais principalmente este mês, em que sempre ocorre um acirramento das greves. Os funcionários da Petrobrás, por exemplo decidiram entrar em greve no dia 4 enquanto os bancários querem paralisar suas atividades no dia 12.

O ministro Bernardo Cabral disse que o governo vai para a reunião com empresários e trabalhadores com duas propostas: "Mudar a lei de greve e acabar com o conflito distributivo". Os objetivos do governo, segundo Cabral, são evitar a repetição de episódios como os da greve dos eletricitários e acabar com

a corrida entre preços e salários.

O ex-presidente José Sarney tentou instituir o instrumento da convocação civil em meados do ano passado através da medida provisória. A proposta de Sarney previa a convocação de grevistas caso não fosse garantido o funcionamento dos serviços essenciais. Na hipótese de recusa, o grevista seria enquadrado em crime de desobediência civil, recebendo punições como multas ou prisão. O Congresso Nacional, porém, retirou a convocação civil do texto final da lei 7.783 (Lei de Greve).

A lei 7.783 prevê onze setores essenciais na economia: a) tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis; b) assistência médica e hospitalar; c) distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos; d) funerários; e) transporte coletivo; f) captação e tratamento de esgoto e lixo; g) telecomunicações; h) guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares; i) processamento de dados ligados a serviços essenciais; j) controle de tráfego aéreo; k) compensação bancária. (Folha de S. Paulo, 04/09/90)

FMI não aprova acordo sem pagamento de juros

O Fundo Monetário Internacional (FMI) não aprovará um acordo com o Brasil que não contenha claras provisões de fundos para pagar os juros em atraso da dívida externa brasileira, que já somam US\$ 6 bilhões de chegarão a US\$ 10 bilhões até o final do ano. Sem essa provisão, o "board" (direção-geral) do FMI consideraria "irrealista" qualquer carta de intenções que vier a ser enviada pelo governo brasileiro por intermédio de Thomas Reichman, o homem do Fundo que está examinando o programa econômico e as metas do governo Collor. Se a negociação com o FMI já é complexa, as negociações com os bancos privados, marcadas para outubro, serão ainda mais difíceis. (Folha de S. Paulo, 01/09/90)

Poupança rende 11,13%; sai reajuste dos aluguéis

A inflação oficial de agosto, medida pelo Índice de Reajuste de Valores Fiscais (IRVF), é de 10,58%, segundo divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com isso, as cadernetas de poupança deverão receber crédito de 11,1329%. Os aluguéis comerciais que fixam o BTN como indexador terão, em setembro, os seguintes reajustes: trimestral, 34,28%; semestral, 99,92%; e anual, 2.090,89%. Os aluguéis residenciais, embora atrelados ao BTN, continuam desconsiderando a variação deste índice por causa da lei 8030. Os reajustes quadrimestrais em setembro serão de 0%; os semestrais de 41,28%; e os anuais de 1.448,23%. O FGTS terá, em setembro, um crédito de 10,8527%. (Folha de S. Paulo, 31/08/90)

Aconteceu

Nº 549

5 a 20 de setembro de 1990

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 242-8847
Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544

Editor
Edmilson Zanetti
MTb 15.192

Editor de arte
Flávio Irala

Editores assistentes
Ângela Galvão
Célio Correia de Castro
Elie Ghanem
Fany Ricardo
Magali do Nascimento Cunha
Marita Regina de Carvalho

Secretaria de redação
Beatriz Araújo Martins

Diagramação
Marta Cerqueira Leite Guerra

Paginação
Alfredo Salvador Vieira Coelho

Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa/RJ

Aconteceu é uma publicação quinzenal do CEDI que reúne notícias dos jornais de maior circulação no país — que não necessariamente estão reproduzidas na íntegra — e colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. *Aconteceu* conta com a participação dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil (PIB), Movimento Camponês/Igrejas (MC/I), Educação e Escolarização Popular (EEP), Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (MO) e Assessoria à Pastoral (Pp). As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Santo Amaro, 129, CEP 22211 — Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 — Rio de Janeiro — CEP 22221.

Assinatura anual
Cr\$ 400,00
Assinatura de apoio
Cr\$ 500,00
Assinatura exterior
US\$ 50

Governo quer usar LSN contra grevistas

Diante da manutenção do veto do presidente Collor ao projeto de lei salarial aprovado pelo Congresso, este mês poderá se transformar num "setembro negro" de greves por todo o país.

Diante dessa perspectiva, o governo promete jogar duro com os grevistas do anunciado "setembro negro", e se valerá da aplicação da Lei de Segurança Nacional para coibir os abusos e até demitir.

As medidas estão sendo articuladas pela Divisão de Ordem Política e Social (Dops), da Polícia Federal, cujos dirigentes estão animados com a sentença proferida pelo TST, que considerou abusiva a greve dos operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

O acompanhamento feito pelos especialistas do Dops revela, curiosamente, que não mudou o enfoque policial na abordagem das atividades políticas. Para o Dops, essa preocupação se origina na própria CUT, uma central sindical poderosa, surgida em plena abertura política, livre para manifestar-se, seria a mais perfeita forma de revanchismo político.

Enquanto os sindicalistas se queixam do que chamam de intolerância dos empresários e o que classificam de posições retrógradas dos políticos, eles são acusados por estes de radicalização sistemática e manipulação política.

Oficiosamente, a CUT estima em cerca de 18 milhões de trabalhadores sua base de representação em todo o país.

Segundo levantamento do Centro de Pesquisa de Relações do Trabalho, dirigido pelo especialista em negociações Júlio Lobos, a CUT tem controle de 89% dos sindicatos e associações das empresas estatais, 51% das nacionais e 56% das multinacionais. (O Globo, 26/08/90)

A correnteza forte

~ Mais um ressurgimento coerente: "Governo usará LSN (Lei de Segurança Nacional) contra grevistas". Em seguida à invasão policial da Folha de S. Paulo, ao uso de medidas provisórias como decretos-leis, à presença constante do presidente da República nas casernas; em seguida à convocação de crianças para marcharem com a soldadesca do 7 de setembro, ao processo contra jornalistas vorazes, aos cumprimentos à massa com o braço erguido — em seguida a estes e tantos outros anauês, a ressurgência da lei-mãe da ditadura flui com naturalidade, como se sucedem as águas venenosas de um rio contaminado.

Se a notícia estivesse em jornal independente, seria preciso prevenir-se contra a possibilidade de mais uma "calúnia para denegrir a honra do presidente", como no governo dizem do jornalismo que mostra a diferença entre as promessas de moralização e a desmoralização das promessas. A notícia, porém, foi publicada em O Globo, o que bastaria para lhe atestar a origem autorizada. Mas, no caso, a manchete reproduzida no começo desta coluna revestiu-se de significação ainda maior: foi extraída de uma edição, a dominical, em que O Globo dedicou sete páginas, das dezesseis de seu caderno principal, ao desfecho de uma ofensiva arabesca contra a CUT, repleta de informações procedentes dos serviços secretos policiais, militares e do rebatizado SNI.

O governo, seus setores mais simbólicos e seus aliados mais íntimos entraram, portanto, em estado de tensão diante do "setembro negro" pre-

visto pelas lideranças sindicais. Tensão que, nos governos de concepções democráticas, leva à procura dos procedimentos administrativos que reorientem, em melhor sentido, as perspectivas percebidas. No governo Collor, não leva, retorna — à Lei de Segurança.

E a negritude, que era um projeto de lideranças sindicais, mais excitadas, torna-se probabilidade, não para um, mas para meses que nem se imagina quantos possam ser. Porque se Lei de Segurança acovardasse assalariados arrochados, não existiria a CUT, com os 11 milhões de "trabalhadores controlados" que O Globo encontrou. CUT que, por sinal, em setembro está fazendo dez anos, nascida para enfrentar os arrochos da Lei de Segurança e da política salarial de um regime que não sobreviveu a ela.

O presidente Collor nem precisaria lembrar-se destes fatos, para saber que futuros são gerados pelo autoritarismo implícito em coisas como a Lei de Segurança: basta lembrar com quem disputou o segundo turno e que recursos precisou usar para ser considerado vencedor.

Nenhum governo é desafiado por atos populares de radicalização. Ele a pratica, e então a recebe como resposta. O arrocho aplicado aos salários, e estritamente aos salários, é uma atitude de caráter radical agravada por sua parcialidade radical. A pretendida coerção pela Lei de Segurança representará a duplicação do radicalismo. Duas atitudes de governo já vistas, ainda bem vivas na memória geral. Como a resposta que provocam. (Jânio de Freitas/Folha de S. Paulo, 28/08/90)

Salário real cai

Os salários reais em junho de 90 foram 34% menores do que em 83, período de grande recessão. (Folha de S. Paulo, 28/08/90)

Meneguelli versus Brizola

De Meneguelli para Brizola: "O candidato do PDT ao governo do Rio está se comportando como homem da direita". (Jornal do Brasil, 03/09/90)

CSN demite 1.136

A unidade da CSN de Criciúma (SC) demitiu mais 1.136 mineiros dentro de seu programa de privatização. (Gazeta Mercantil, 30/08/90)

Governo extingue imposto sindical com MP 215

O presidente Fernando Collor acabou com o imposto sindical, cobrado de trabalhadores e empresas no mês de março de cada ano. A extinção foi determinada pela medida provisória 215, de 31 de agosto. O fim do imposto foi proposto pelo ministro do Trabalho, Antonio Magri, depois de vigorar por quase 60 anos no Brasil.

Collor revoga trechos da MP 211

A medida provisória 211 foi baixada pelo presidente Fernando Collor no último dia 24, em substituição a uma outra, de número 199. Dez dias após, o governo fez sua primeira cirurgia na MP 211, revogando o parágrafo único do artigo 1º. Este abria uma brecha para que empresas com dificuldades financeiras recorressem à Justiça do Trabalho para não pagar reposições salariais.

A decisão do governo esvazia o julgamento que o Supremo Tribunal Federal faria, quando três ações questionando a legalidade constitucional da medida provisória seriam julgadas: uma da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, outra do PSDB e uma terceira do PT.

O governo não admite, mas era grande a possibilidade do Supremo Tribunal Federal considerar a MP 211 inconstitucional, desde que a Procuradoria Geral da República divulgou um parecer segundo o qual reconhece a procedência das três ações.

A revogação do parágrafo único do artigo 1º e do artigo 11 são as únicas modificações na medida provisória. Continuam em vigor os demais quinze artigos que regulamentam as fórmulas de reposição salarial e de manutenção do chamado salário efetivo.

Caso fosse mantida, a medida possibilitaria a "desvalorização do trabalho" e só dariam aumento salarial as empresas que comprovadamente tivessem lucro. (*O Estado de S. Paulo*, 05/09/90)

Nas discussões da Constituinte, a CUT propôs o fim do imposto sindical, mas foi vencida pela CGT, federações e confederações, que conseguiram a manutenção da cobrança. As entidades sindicais patronais, as que mais resistiram à eliminação do imposto sindical de imediato, propunham-na somente a partir de 1992.

Entre os sindicalistas as reações

foram de apoio à extinção do imposto sindical, mas também de condenação da forma como foi feita, através de medida provisória. Além do que, a MP 215 não deixa claro o que acontecerá com os recursos recolhidos à Caixa Econômica Federal, por conta do imposto, mas ainda não reclamados pelos sindicatos. (*Folha de S. Paulo*, 01/09/90)

TST julga abusiva a paralisação dos eletricitários

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu, no último dia 29, por sete votos contra dois, considerar abusiva a greve deflagrada, desde 28 de julho, pelos 60 mil trabalhadores do sistema Eletrobrás. Os ministros também concederam abonos variáveis de acordo com as faixas salariais da categoria, a serem descontados na data-base. Esses abonos variam de Cr\$ 12 mil a Cr\$ 6 mil, e serão pagos apenas nos meses de agosto, setembro e outubro. O tribunal determinou ainda que os dias de greve sejam descontados em 4 vezes, no mínimo.

"Os valores dos abonos são muito baixos e certamente não vão ame-

nizar em nada os problemas financeiros dos trabalhadores", destacou o presidente da CUT, Jair Meneguelli, que foi a Brasília especialmente para acompanhar o julgamento do dissídio dos eletricitários. Meneguelli disse que a forma como serão descontados os dias em que a categoria esteve parada será fato fundamental para determinar a suspensão do movimento grevista. "De nada adianta para um trabalhador que ganha um salário de Cr\$ 12 mil receber um abono neste mesmo valor mas ter o seu salário descontado inteiramente em função da greve. Ele vai ficar na mesma", acrescentou o líder sindical. (*Folha de S. Paulo*, 02/09/90)

Bancários decidem parar dia 12

Reunidos em São Paulo, no dia 1º, no Encontro Nacional dos Bancários, cerca de setecentos delegados de todo o país decidiram pela decretação de uma greve geral nacional da categoria, e por tempo indeterminado, a partir do dia 12.

Os bancários estão reivindicando reajustes de 297%. A contraproposta da Fenaban (Federação Nacional de Bancos) é de aumentos entre 45% e 50% sobre os salários de agosto, recebida pelos bancários como "provocação".

A assembléia aprovou um calendário de mobilização da categoria para a greve. No dia 4 foram realizadas reuniões conjuntas com as demais categorias que também estão em cam-

panha salarial, como os petroleiros e servidores da previdência. O dia 5 foi definido como Dia Nacional de Luta e, no dia 11, serão realizadas assembléias em todos os sindicatos do país.

O maior sindicato de bancários do país, o de São Paulo, com uma base de 150 mil profissionais, está pronto para entrar em greve, no próximo dia 12, por um reajuste de 288,10%. Sua decisão tem influência nacional, pois o Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo é uma espécie de "formador de opinião" para uma categoria que reúne 750 mil trabalhadores em todo o Brasil. (*Folha de S. Paulo*, 02/09/90)

CNBB denuncia miséria e injustiça no país

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), após quatro dias de reunião, em Brasília, fez um pronunciamento crítico sobre a conjuntura nacional. A CNBB considera como "inaceitáveis os parcos salários pagos à maioria dos trabalhadores brasileiros", lamenta a "lentidão" da Justiça, a "omissão" do Poder Legislativo na elaboração das leis complementares e o atropelo da ordem constitucional pelo "uso abusivo de medidas provisórias" pelo Poder Executivo.

Mesmo considerando "louvável o esforço no combate à inflação", o presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, faz críticas à política econômica do governo: "Não é eticamente aceitável que o peso maior caia justamente sobre aqueles a quem a inflação mais prejudicou". Disse que mais inaceitável do que os parcos salários pagos aos trabalhadores é "uma política econômica recessiva, que provoque um maior achatamento salarial e o desemprego maciço". Acrescentou que "também é inaceitável ao espírito cristão a liberação do comércio aos domingos".

Na avaliação da ordem sócio-econômica, dom Luciano afirmou que é fundamental para a democracia a realização de uma política agrícola que garanta a permanência do pequeno agricultor no campo, além de uma reforma agrária justa e uma adequada distribuição do solo urbano. Outra

Questão de fé

Dom Ivo Lorscheiter quer audiência com Collor, Zélia e Cabral. Pele de liberação dos cruzados novos da Igreja Católica retidos no Banco Central. A situação é considerada trágica por alguns assessores da CNBB. Segundo eles, pelo menos seis seminários diocesanos já fecharam as portas por falta de dinheiro para alimentação, pagamento de salários e manutenção dos prédios. (*Folha de S. Paulo*, 29/08/90; *O Estado de S. Paulo*, 31/08/90)

Polícia paulista quer bloquear ação dos católicos na periferia

A Polícia Civil de São Paulo está intimidando padres, membros de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e lideranças de movimentos de sem-teto na periferia, para depor em dois inquéritos sobre ocupação de terras na Grande São Paulo. Os inquéritos foram abertos para apurar denúncias de que seriam deflagradas "invasões em massa no mês de agosto".

O bispo dom Angélico Sândalo Bernardino, de Vila Brasilândia (zona norte de São Paulo), disse que irá depor sobre "invasões de terra" com "muito gosto, pois eu sei onde estão os responsáveis". Segundo o bispo, "os grandes responsáveis por essas convulsões iniciais, e pelas outras que virão, são os que devem fazer a refor-

ma agrária e a reforma urbana e criminosamente não fazem".

Dom Angélico afirmou que a polícia "está procurando bandido no lugar errado" e deveria "ir atrás dos responsáveis no Legislativo e no Executivo". O padre Luiz Antonio Marchioni, o Ticão, considerou a intimação aos padres e membros de CEBs "uma tentativa de intimidação".

Os religiosos e líderes dos sem-teto intimados pela polícia para esclarecer ocupações fazem parte da União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior. O padre Ticão é um dos articuladores desse agrupamento, que afirma representar 45 entidades, com o apoio de diversos setores da Igreja Católica. (*Folha de S. Paulo*, 26/08/90)

medida indispensável para a CNBB é a demarcação das terras indígenas e "o fim ao genocídio do povo Yanomami". Para dom Luciano, essas marcas negativas da sociedade geram a insegurança, que é fomentada ainda mais pela violência dos meios de comunicação e pela lentidão da Justiça, e — em vários casos — pela parcialidade da mesma.

Ao comentar o uso abusivo de medidas provisórias pelo governo Fernando Collor, o secretário da CNBB, dom Antônio Celso de Queiroz, afirmou: "Elas devem ser exceção, e não meios ordinários de governar. Ou, então, fechem o Congresso, rasguem a Constituição e entreguem o poder na mão do Executivo". Ele também manifestou preocupação com a atual campanha eleitoral, salientando "a fraqueza dos partidos, a escassez de propostas sérias, a repetição de velhos vícios e chavões eleitorais, o descrédito dos candidatos e o desinteresse dos eleitores".

No aspecto sócio-cultural, lamen-

tou a precária situação do ensino e a "permissividade moral difundida sem escrúpulos pelos meios de comunicação social". Dom Luciano não admite qualquer forma de censura à produção dos meios de comunicação, mas defende que "cada um deve ser capaz de respeitar a consciência do outro". Dom Celso é mais objetivo. Propõe que a sociedade elabore um código de ética para fiscalizar a programação dos meios de comunicação. "O que não podemos é delegar esta tarefa ao Executivo ou à polícia, como ocorreu nos últimos 20 anos".

O conselho esteve reunido para definir as propostas da CNBB para o Sínodo (encontro mundial de bispos que será realizado no mês de outubro em Roma), onde será debatida a formação sacerdotal. A CNBB defende o trabalho do sacerdote inserido na realidade das populações. "Ele deve ser capaz de captar as aspirações das pessoas", afirma dom Celso Queiroz. (*Folha de S. Paulo*, 01/09/90)

Arcebispo Desmond Tutu culpa polícia pela violência

O arcebispo anglicano sul-africano Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz, responsabilizou a polícia pela onda de distúrbios no país, que nas duas últimas semanas deixou mais de 500 mortos. Falando a cerca de dez mil negros num estádio em Soweto, o líder antiapartheid afirmou: "Dizem que é tribalismo. Eu digo que isso é mentira".

"Onde quer que se pergunte o que aconteceu, as pessoas respondem: a polícia matou nossa gente", disse

Tutu, que acusou as forças de segurança de não serem imparciais. A multidão, em sua maioria integrantes do Congresso Nacional Africano (CNA), liderado por Nelson Mandela, foi ao estádio de Jabulani para realizar um enterro coletivo de sete mortos durante os confrontos. Os distúrbios são atribuídos à rivalidade entre os membros da etnia xhosa, que pertencem ao CNA, e os zulus, do movimento Inkatha. (*O Globo*, 27/08/90)



ELEIÇÕES
& IGREJA

Justiça condena Corrêa à prisão

A Polícia Federal está à procura do pastor Armando Corrêa, que no ano passado envolveu-se no episódio da candidatura do empresário de TV Sílvio Santos a presidente da República e agora concorre a deputado federal pelo PFL paulista. Corrêa foi condenado a quatro meses e quinze dias de prisão.

No ano passado, Armando Corrêa apresentou-se como candidato a presidente pelo PMB (Partido Municipalista Brasileiro), mas no final da campanha desistiu em favor de Sílvio Santos. Segundo denúncias surgidas na época, Corrêa teria exigido dinheiro para renunciar. O Tribunal Superior Eleitoral negou registro à candidatura de Sílvio Santos e declarou extinta a legenda do PMB.

A condenação de Corrêa, que é um homem rico, dono de terras e de um conjunto de faculdades, não foi motivada pela frustrada manobra da renúncia, ainda em investigação na Corregedoria Eleitoral. A pena é decorrência de um episódio da campanha eleitoral de 1986, quando Corrêa, além de candidato a deputado, integrava a Comissão Especial de Propaganda Eleitoral do PMB. Na época, cinco membros do partido impetraram mandado de segurança junto ao TRE contra a Comissão, alegando abusos na distribuição

do tempo de propaganda gratuita. Segundo eles, Corrêa ocupava quase todo o espaço sozinho. O TRE julgou o mandado e determinou que em 48 horas os impetrantes deveriam ser incluídos na propaganda do PMB, mas a Comissão desobedeceu a ordem judicial, o que motivou novo mandado e acabou provocando a retirada do programa do ar.

Corrêa terá que cumprir pena de prisão porque não é réu primário. (*Jornal do Brasil*, 28/08/90; *O Globo*, 27 e 28/08/90)

Bispos defendem candidatura de padres

Os bispos que representarão o Brasil no próximo Sínodo vão propor que seja permitida a participação de sacerdotes nas campanhas eleitorais como candidatos. Segundo o bispo de Pelotas (RS), dom Jayme Chemello, coordenador de ministérios e de vocações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), "é preciso encontrar uma forma de atuação quando for constatada que há vocação para a política". A Igreja não permite que padres disputem eleições ou sejam filiados a partidos. O Sínodo será realizado no Vaticano entre 30 de setembro e 28 de outubro. (*Folha de S. Paulo*, 29/08/90)

Pastor Jesse Jackson consegue libertação de presos no Kuwait

O pastor batista Jesse Jackson, ativista do movimento pelos direitos dos negros e ex-candidato à presidência dos Estados Unidos, encontrou-se no último dia 29 com o presidente do Iraque, Saddam Hussein, com dois objetivos. O primeiro, contribuir para um diálogo a fim de evitar a guerra no Oriente Médio. "Se os governantes mantêm o diálogo e a ação, pode-se evitar o pior. É melhor falar e falar do que lutar", disse Jackson. O segundo objetivo foi o de conseguir a primeira entrevista exclusiva com Saddam Hussein para a rede de televisão NBC. Como saldo do encontro, Jesse Jackson obteve a entrevista e a libertação de cerca de 30 cidadãos norte-americanos doentes ou idosos que estavam no Kuwait anexado.

"Sem a graça de Deus e de Jesse Jackson nós não estaríamos aqui", disse Lloyd Culbertson, ao chegar no aeroporto de Dulles, Washington, depois de 18 horas de voo de Bagdá com escalas em Paris e Londres. Jackson pediu maior esforço diplomático dos Estados Unidos para resolver a crise no Golfo. "Assim como nossa força militar, nossa força diplomática deve ser tão efetiva e ativa", disse o pastor em Washington.

Em 1984, Jesse Jackson também intercedeu pela libertação de um soldado americano preso na Síria. (*O Globo*, 29/08/90; *Folha de S. Paulo*, 03/09/90)

Luteranos em Cuba

Os luteranos de Cuba estão conquistando seu status religioso na sociedade socialista.

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana em Cuba passou a ser reconhecida oficialmente pelo estado cubano a partir do dia 15 de maio de 1990. Ela desenvolverá suas atividades pastorais sob o amparo jurídico do Conselho Ecumênico de Cuba. (*Agên*, 27/08/90)

Em Vitória, campeãs de poluição são interditas

Depois de uma queda-de-braço de 24 horas, o governo do Espírito Santo interditou no dia 30 de agosto parcialmente as atividades da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), consideradas as campeãs da poluição no Estado e responsáveis por 90% da poeira em suspensão no ar dos cinco municípios da Grande Vitória.

Com a interdição a CST sofre uma queda de 40% em sua produção, o que representa menos US\$ 1 milhão e 80 mil em seu faturamento líquido. A CVRD, por sua vez, está com 50% de suas atividades afetadas: o prejuízo, em decorrência da medida, chega a US\$ 750 mil dia. O presidente da CST, Guilherme Sarcinelli, disse que a empresa só suportaria até quatro dias de interdição sem permitir funcionários. Na siderúrgica, a medida afetou cinco áreas: a coquearia, a fundição, a calcinação, a aciaria e a laminação. (*Jornal do Brasil*, 1/8/90)

Poluição desafia Brasil e Uruguai

Brasil e Uruguai deram o primeiro passo concreto para solucionar os problemas ambientais provocados pela usina termelétrica de Candiota 2, em Bagé, no Rio Grande do Sul. Técnicos ambientalistas dos dois países se reuniram em Jaguarão (RS), próximo à fronteira, para discutir um programa de monitoramento da água, do ar e do solo da região. Candiota despeja na atmosfera 57,5 mil toneladas anuais de dióxido de enxofre e segundo denúncias estaria provocando chuva ácida que destrói árvores e pastagens e prejudica a lã das ovelhas.

Além da chuva ácida levada pelo vento, o Uruguai sofre com a poluição da usina, que chega ao rio Jaguarão e a lagoa Mirim, na fronteira entre os dois países, usados para irrigar as grandes plantações de arroz, principalmente do município de Trienta

55 mil focos de incêndio na Amazônia

A Amazônia está em chamas novamente. De 1º de julho a 23 de agosto o satélite americano Noaa registrou 55 mil focos de incêndio na floresta amazônica. Esses dados vêm sendo repassados diariamente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), sediado em São José dos Campos, em São Paulo, para o Ibama, que desde abril vem deslançando a Operação Amazônia de combate às queimadas.

Os maiores focos de queimada estão sendo detectados no estado do Mato Grosso — com 57% do total registrado — mas há grandes incêndios também no sul do Pará, norte do Tocantins, sudoeste do Maranhão e Rondônia.

“Os grandes fazendeiros da Amazônia estão adotando uma nova tática para promoverem desmatamentos e queimadas em suas terras”, denuncia Hélio Pereira, do Ibama, coordenador da Operação Amazônia. “Estão contratando centenas de colonos sem-terra como se fossem posseiros e são esses colonos que estão desmatando e promovendo queimadas na região”. (*Jornal do Brasil*, 02/09/90)

Madeireiros ameaçam atirar

O coordenador-geral da Operação Amazônia, Hélio Pereira, vai solicitar o apoio dos batalhões de infantaria de selva do Exército de Marabá (PA) e Imperatriz (MA) à ação dos fiscais do Ibama e agentes da Polícia Federal que combatem desmatamentos e queimadas no município de Açailândia (MA), diante de ameaças de madeireiros de derrubar a tiros os helicópteros que atuam na operação. As ameaças contra os helicópteros foram feitas após os fiscais do Ibama terem autuado 23 madeireiros que estavam realizando desmatamentos ilegais, transportando madeira sem guias ou, então, não haviam cumprido o plano de manejo definido junto ao Ibama (*Jornal do Brasil*, 31/8/90)

Prefeitura de São Paulo lança campanha em defesa dos mananciais

A Prefeitura de São Paulo lançou na represa de Guarapiranga uma campanha em defesa dos mananciais do Sul do município, responsáveis por 32% do abastecimento de água da região metropolitana. Cercados por 800 favelas, esses mananciais recebem os esgotos de mais de um milhão de pessoas. Qualquer notícia sobre desmatamento ou novos loteamentos clandestinos poderá ser denunciada ao S.O.S. Mananciais (telefones 520-2720 ou 520-2742) ou às seis kombis que a Administração Regional Capela do Socorro encarregou de fiscalizar a área. A Prefeitura apresentará ao governo estadual conclusões de um grupo de trabalho criado para estudar os problemas do reservatório de Guarapiranga. (*Jornal da Tarde*, 01/09/90)

Reunião trata do arrendamento do Parque Indígena

Líderes indígenas das tribos Javaé e Karajá que vivem na Ilha do Bananal se reuniram em Goiânia nos dias 30 e 31. O encontro foi promovido pela 6ª Superintendência Regional (Suer) da Funai, com o objetivo de discutir as prioridades e forma de aplicação dos recursos provenientes das multas e taxas cobradas de retirados, posseiros e criadores de gado que se utilizam da Ilha. Participaram do encontro os líderes das aldeias São Domingos, Fontoura, Macaúba, Santa Isabel, Barreira Branca, Canoanã e Boto Velho, representando os índios que habitam a Ilha do Bananal.

Resultado da reunião — Parece haver duas intenções básicas em relação aos arrendamentos da Ilha do Bananal: a dos índios e a da Funai regional. Por parte dos Javaé e Karajá há desconfiança em relação aos destinos da verba dos arrendamentos. Para sanar essa desconfiança eles reivindicaram, e conseguiram, que essa verba ficasse em São Félix do Ara-

guaia, sede do Parque Indígena do Araguaia, e que não fosse mais enviada para Goiânia, sede da 6ª Suer, que administra o Parque. Para os Javaé isso ainda não é suficiente. Eles querem que a verba correspondente aos arrendamentos de seu território (muito mais ocupado que o Karajá) seja enviada para Gurupi (TO), sede da Ajudância da Funai, que tem jurisdição sobre o grupo. A reivindicação sobre o grupo. A reivindicação Javaé ficou de ser "estudada" pela Funai e implementada talvez no ano que vem.

Um maior controle das verbas dos arrendamentos — exigência comum dos Karajá e Javaé — foi atendida pelo superintendente da Funai através da promessa de enviar, quinzenalmente, balanços e demonstrativos (com xerox dos extratos bancários) do destino das verbas conseguidas.

Se os Karajá e Javaé pensam na melhor maneira de utilizar as verbas dos arrendamentos, o superintendente da Funai pensa na maneira de acabar, a médio prazo, com a ocupação

da Ilha e com os arrendamentos. Não há unanimidade, entre os índios, à respeito da necessidade de se acabar, de uma vez, com a ocupação de suas terras, devido aos recursos que gera. Para implementar essa política de desocupação da Ilha, a idéia da Funai, através do superintendente da 6ª Suer, é dificultar cada vez mais a presença dos arrendatários. Nesse sentido, foram proibidos os consertos de cercas e casas dos arrendatários, bem como a entrada de materiais de construção e arame necessários. O que for destruído pelas enchentes não será refeito.

A diferença das opiniões entre os Karajá e Javaé em relação à 6ª Suer para a questão dos arrendamentos da Ilha, aliada à necessidade perene da pecuária regional dos pastos do Parque Indígena, faz com que a política de "desocupação progressiva" do Parque, pretendida pela 6ª Suer, se limite às boas intenções, particulares e passageiras, do superintendente titular, Amílton Gerônimo Figueiredo. (CEDI, 03/08/90)

Terra Waiapi foi interdita pela Funai

O presidente interino da Fundação Nacional do Índio (Funai), Airton Alcântara Gomes, assinou no dia 9 de agosto a Portaria nº 771 interditando a Área Indígena Waiapi com 543.000 hectares, nos municípios de Almeirim, Mazagão e Macapá, no estado de Amapá.

Essa área já havia sido aprovada em reunião do Grupo de Trabalho Interministerial no dia 3 de maio de 85, recebendo um parecer que a reconhece como de posse permanente dos Waiapi.

Na verdade essa terra deveria receber uma Portaria Interministerial delimitando-a para ser demarcada fisicamente pela Funai. Como isso não aconteceu e as terras estão sendo constantemente invadidas por garimpo empresarial, a Funai resolveu interdita-la. (CEDI, 15/08/90)

Índio Karajá recupera área de reserva

O juiz Lindoval Marques de Brito, da 2ª Vara Federal de Mato Grosso, concedeu liminar a uma ação civil pública, movida pelo Ministério Público Federal, suspendendo os efeitos de decretos do ex-prefeito de Luciara, a 1.180 quilômetros de Cuiabá, José Luz, que ampliou e delimitou a área urbana do município, não

respeitando a demarcação da Área Indígena São Domingos, onde vivem os índios Karajá.

Na justificativa da liminar, o juiz alegou que "uma possível demora na solução desse caso pode ensejar prejuízo aos índios". Com isso, a reserva volta a ter 5.704 hectares. (Diário do Grande ABC, 26/08/90)

Inconformado de haver perdido, pela regularização da Área Indígena São Domingos, a possibilidade de negociar politicamente a área indígena Karajá, como sua família fazia há algumas décadas em função de interesses eleitoreiros ou pessoais, o ex-prefeito de Luciara tentou uma última jogada no final de sua administração: em 1988, através da Lei Municipal 66/88, publicada no Diário Oficial do Mato Grosso, ampliou os limites do perímetro urbano até atingir par-

parte da área indígena. O objetivo da manobra seria dar um caráter legal aos títulos de propriedade (irregulares porque incidentes em área indígena) emitidos pela prefeitura de Luciara. Em março de 89 a assessoria jurídica da Funai impetrou mandado de segurança contra a medida "em favor dos invasores da AI São Domingos", ajuizado na Justiça Federal de Cuiabá (MT). O resultado do julgamento da ação cível mostra que a jogada foi descoberta. (CEDI, 03/09/90)

Ministério Público avalia saúde dos Yanomami

O médico Istvan Varga viajou no dia 23 de para a área Yanomami, onde permaneceu três dias, enviado pela Procuradoria Geral da República, com o objetivo de realizar um inquérito sanitário. A Procuradoria está juntando informações para abrir um inquérito que apure as condições do atendimento de saúde fornecido pelos órgãos da administração federal, principalmente o Ministério da Saúde, visando futuramente acioná-los, caso se confirme omissão ou inoperância.

O médico viajou num helicóptero Super Puma da FAB, que por seu amanhã não pôde descer nas aldeias na selva, mas somente naquelas loca-

lizadas junto às pistas de pouso. Visitou, além da pista de Surucucus e Paapiú, as pistas do Jeremias, Lauro e Cassiterita e sobrevoou a região das pistas de Capixaba, Caveira, Baiano Formiga e Xiriano. Istvan Varga constatou que é possível recuperar a saúde e o meio ambiente da área Yanomami se dos garimpeiros forem retirados. Chegou a essa conclusão depois que visitou a pista de Paapiú, hoje livre dos garimpeiros: o mato já tomou conta do local onde estavam as barracas dos garimpeiros e helicópteros; os peixes já começam a aparecer e foi caçada uma anta nas redondezas.

Por outro lado, na pista de pou-

so Caveira, a quatro horas de caminhada da pista de Paapiú, os garimpeiros foram expulsos, mas já estão voltando.

Num sobrevôo sobre a pista Capixaba, o médico calculou que há umas oitenta ou cem barracas, que significa uma população de oitocentos a mil garimpeiros.

Nas pistas de pouso Jeremias, Cassiterita e Lauro, que são do esquema do empresário do garimpo José Altino Machado, os índios recebem dos garimpeiros arroz, farinha, bolacha e remédio para malária. Na cabeceira da pista do Lauro há uma maloca Yanomami. (CEDI, 03/09/90)

Tribunal confirma candidatura de Jucá

Por cinco votos a dois, o Tribunal Superior Eleitoral concedeu o registro da candidatura de Romero Jucá ao governo de Roraima. A decisão do TSE para o caso Jucá reproduziu aquela tomada dias antes no caso de oaquim Roriz, candidato ao governo do DF. Segundo pesquisas eleitorais Jucá é o favorito e pode ganhar ainda no primeiro turno. (CEDI, 13/09/90)

Kaiapó: assistência ou exploração

A reunião convocada pelos Kaiapó na aldeia Kikretum, ocorrida entre os dias 21 e 23 de agosto, contou com a participação de representantes do Ibama, Polícia Federal, Cimi, funcionários da Funai e seu presidente, Cantídio Guerreiro, que participou do último dia da reunião junto com assessores do Ministério da Justiça.

Os Kaiapó foram bem claros; dizem estar dispostos a interromperem a exploração de ouro e madeira, des-

de que o governo assuma a responsabilidade sobre a saúde, educação, fiscalização da área e projetos de agricultura nas aldeias Kaiapó, que são mantidas exclusivamente das rendas dessas fontes.

Deixaram claro que agora a exploração desses recursos é uma questão de sobrevivência do grupo e que a paralisação dessas atividades depende de uma contrapartida equivalente. (CEDI, 03/09/90)

Paiakã é premiado pela ONU

Na manhã do dia 28 de agosto, Paulinho Paiakã, Kaiapó da aldeia A-Ukre (PA), recebeu o prêmio Global 500 do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente, em cerimônia realizada no auditório da Organização Mundial de Saúde, em Brasília.

A cerimônia foi assistida por um

grupo reduzido de convidados, representantes de embaixadas, indigenistas, índios e jornalistas. De terno e gravata, Paiakã se limitou a ler um discurso no qual relembrou suas lutas em defesa dos Kaiapó e da floresta.

O prêmio Global 500 foi instituído em 87 pela ONU e tem como meta "reconhecer, encorajar e home-

nagear" quinhentas pessoas e instituições até 1991. Dos 375 prêmios distribuídos até o momento dez foram para brasileiros: Chico Mendes (87), Davi Yanomami (88), Carlos Minc e Gert Ficher (89) e mais seis em 1990: Fábio Feldman, Mary Alegretti, Ivan Fonseca, Raulino Reitz, Roberto Klein e Paiakã. (CEDI, 03/09/90)

Garimpeiros

O Ministério Público acompanha a retirada dos garimpeiros. Uma procuradora foi enviada a Boa Vista para evitar que garimpeiros entrem com ações na Justiça contra a retirada. (Folha de S. Paulo, 25/08/90)

Orelhão na aldeia

Os Ticuna da aldeia Vendaval, no alto Solimões (AM), já podem se comunicar com o resto do país. Atrás da velha cantina da comunidade foi instalado um orelhão. (CEDI, 03/09/90)

Funai interdita área dos Truká

O presidente da Funai assinou Portaria no dia 29 interditando a Área Indígena Truká, Ilha de Nossa Senhora de Assunção, no Rio S. Francisco (PE), com uma superfície estimada de 1.650 ha. (Diário Oficial, 31/08/90)

Pacote agrícola marginaliza pequenos agricultores

O pacote agrícola baixado pelo governo Collor no dia 15 de agosto privilegia os grandes empresários e marginaliza os pequenos agricultores.

O pacote agrícola pode ser assim resumido:

- Foram reduzidos de 20 para 10 os produtos amparados pela Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM): algodão, arroz, cera de carnaúba, feijão, juta e malva embonecadas, mandioca (raiz), milho, sisal bruto, soja e uva.

- Os preços mínimos foram fixados tendo como referência as cotações internacionais e não os custos de produção dos agricultores. Assim, segundo o Ministério da Economia, para permanecerem na atividade, os agricultores brasileiros terão que ser tão competitivos como seus colegas estrangeiros.

- O volume de recursos que o governo planeja aplicar na agricultura é aproximadamente 60 por cento maior do que na safra passada. A previsão é de 348,6 bilhões de cruzeiros para o custeio da próxima safra de verão, dos quais 309,64 bilhões deverão ser aplicados ainda este ano. Mais importante do que isso, talvez seja a retomada de uma política de investimentos no meio rural. Ainda este ano serão destinados 74 bilhões de cruzeiros para investimentos na verticalização (agroindústria) e modernização da produção agrícola.

- Os produtores rurais foram reclassificados para fins de crédito rural. De acordo com a nova classificação, um agricultor que produz 3 mil sacas de milho e mais 250 sacas de feijão ainda é considerado um pequeno produtor. Também é considerado pequeno agricultor um criador de su-

nos que tenha 30 criadeiras e venda 700 saúfnos de 90 quilos por ano. Os médios e grandes produtores terão um acesso ainda maior aos recursos do crédito rural, enquanto os pequenos ficarão ainda mais marginalizados.

Algumas conclusões — As diretrizes de política econômica para a agricultura do governo Collor coincidem com a proposta de lei agrícola da Frente Ampla, formada pelas grandes empresas cooperativas e pelas demais entidades empresariais da agricultura brasileira.

Os pequenos agricultores ficarão ainda mais marginalizados da produção e do mercado, porque:

- O pacote agrícola não garante uma política diferenciada em favor dos pequenos agricultores.

- Apenas uma terça parte dos recursos para o custeio da próxima safra será emprestada a juros de 9 por cento ao ano. Destes, a maior parte

será destinada livremente pelos bancos. Ou seja, na prática, beneficiarão os grandes empresários que possuem um melhor cadastro para efeito de empréstimo bancário.

— Os preços mínimos vêm caindo, em termos reais, desde 1986, para todos os produtos. No caso do milho, o preço mínimo, que era de 640 cruzeiros na safra 89/90, será de 550 cruzeiros na próxima safra. E o feijão, que tinha um preço mínimo de 3.015,00 cruzeiros na safra passada, foi agora fixado em 2.400,00 para a safra 90/91.

— Ocorreu uma mudança nos limites de renda anual para classificação dos produtores. Muitos que eram grandes passaram para a categoria de médios. E muitos médios passaram a ser pequenos. Assim, os poucos recursos ainda destinados aos pequenos na prática serão abocanhados pelos antes médios produtores. (*Boletim Conjuntura Agrícola/Deser*, 20/08/90)

Cabrera faz promessas

O ministro da Agricultura, Antonio Cabrera, prometeu, no último dia 30, assentar 50 mil famílias sem terra até o dia 10 de setembro. Durante a abertura da 13ª Exposição Internacional de Animais, em Esteio (RS), ele disse que para assentar as famílias serão utilizados 2,7 milhões de hectares desapropriados pelo governo anterior, que se concentram nas regiões Central e Nordeste.

Segundo Cabrera, os agricultores receberão glebas de 50 a 100 hectares, dependendo do Estado

onde estiver o assentamento. O ministro disse que os títulos de propriedade são inegociáveis por cinco anos. O ministro afirmou que o atual governo não cometerá "atos ignorantes", como seu antecessor, na realização da reforma agrária.

O ministro disse que quer "descentralizar" a reforma agrária com a participação dos governos estaduais, e que os novos assentados terão acesso aos recursos liberados pelo recente pacote agrícola. (*Folha de S. Paulo*, 31/08/90)

CNBB divulga alerta sobre conflitos de terras na Bahia

A mesa diretiva da regional Nordeste-3 da CNBB lançou um "alerta às autoridades" sobre o crescimento dos conflitos de terra no interior da Bahia. A advertência está no documento "Terra, Reforma Agrária e Conflitos". O texto cita um levantamento da CPT

segundo o qual já ocorreram na Bahia 22 conflitos, envolvendo 3.050 pessoas, e com o saldo de seis mortos, duas tentativas de assassinato e oito ameaças de morte no primeiro semestre deste ano. Os bispos finalizam o documento advertindo que, caso não seja adota-

da uma política agrária e agrícola que atenda as necessidades da maioria do povo do campo, "esse quadro de violência não se reverterá e o cenário futuro, além de dramático, pode-se tornar explosivo e até incontrolável". (*Folha de S. Paulo*, 24/08/90)

Acre pede tropas federais a fim de garantir eleições

O Tribunal Regional Eleitoral pediu tropas federais para garantir as eleições em todo o Estado. O pedido, segundo o TRE, deve-se ao clima de tensão criado em Rio Branco, Xapuri e Brasiléia, depois que o presidente do Sindicato dos Seringueiros do Acre, Osmarino Amâncio Rodrigues (candidato a deputado pelo PT), denunciou que será morto logo após a eleição. A presidente do TRE, desembargadora Miracele de Souza Lopes Bor-

ges, alega falta de policiamento para garantir o pleito.

No pedido ao Tribunal Superior Eleitoral, a desembargadora afirma haver problemas nas Vilas Extrema e Nova Califórnia, disputadas pelos Estados do Acre e Rondônia, que está sob jurisdição eleitoral acreana. Para ela, a pressão internacional no caso Chico Mendes torna mais tenso o clima em Xapuri, onde o efetivo militar também é pequeno para garantir uma eleição tranquila.

O julgamento dos assassinos de Chico Mendes, adiado pelo menos três vezes desde o início deste ano, poderá ser realizado no próximo mês. A impunidade do fazendeiro Darli Alves da Silva e de seu filho Darci Alves Pereira — acusados de serem mandante e assassino do sindicalista Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri — também contribui para o acirramento da tensão em todo o Estado. (O Globo, 04/09/90)

Tortura Nunca Mais acusa advogado dos assassinos de Chico Mendes

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil vai pedir à seccional de Rondônia para apurar a denúncia do Grupo Tortura Nunca Mais que aponta o advogado João Lucena Leal, um dos defensores dos assassinos do líder seringueiro Chico Mendes, como ex-torturador de presos políticos.

João Lucena, que em 1985, como suplente, assumiu uma cadeira de deputado federal pelo PDS de Rondônia, não esconde seu passado de agente da Polícia Federal e até com certo orgulho, reconhece ter participado do que chama de "combate ao terrorismo" quando trabalhou na Polícia Federal do Ceará, entre 1967 e 1977. Diz que naquela época estava lotado no Dops da PF e participou de prisões: "Nós prendíamos e enviávamos para as dependências do Doi-Codi".

Cecília Coimbra, secretária da seção fluminense do Grupo Tortura Nunca Mais apresenta como prova uma série de depoimentos prestados por ex-presos políticos na Justiça

Militar que um grupo de pessoas, supervisionado pela Arquidiocese de São Paulo, reuniu no documento *Brasil Nunca Mais*. Nessa relação, divulgada oficialmente em 1985 — portanto três anos antes do assassinato de Chico Mendes — João Lucena Leal ocupa o 114º lugar na lista de 444 torturadores.

Na documentação levantada junto aos processos que tramitaram na Justiça Militar, sete ex-presos políticos apontam Lucena Leal como torturador. Dois deles foram presos em 1970 e os outros cinco, acusados de pertencerem ao PC do B, em 1973.

Um deles, José Auri Pinehrio, em depoimento prestado em 1973, disse ter sido retirado da sede da Polícia Federal em Fortaleza por Lucena Leal que conduziu "a um local que entende seja destinado a torturas". Lá, recebeu choques em várias partes do corpo, inclusive nos testículos, aplicados pelo atual advogado dos assassinos de Chico Mendes. (Jornal do Brasil, 04/09/90)

Dois posseiros são mortos em MT

Os posseiros Oney Ribeiro Pereira, de 40 anos, e Severino Bernardino Gonçalves, de 51, foram assassinados no dia 25 de agosto em Nobres, a 150 quilômetros de Cuiabá, pelo fazendeiro Antônio Izidiro da Silva

e pelo pistoleiro Aguinaldo Ferreira Miranda, que estão presos na delegacia do município.

Os outros quatro envolvidos no crime conseguiram fugir. (O Estado de S. Paulo, 29/08/90)

Caso Chico Mendes vai a júri em outubro

O processo judicial sobre a morte do seringueiro Chico Mendes — assassinado em dezembro de 1988 — está próximo de seu desfecho. Na semana passada, os advogados que atuam na acusação do fazendeiro Darli Alves da Silva e de seu filho Darci, apontados como os autores do crime, estiveram em Xapuri para as últimas providências antes do julgamento — que deverá ocorrer em outubro.

Márcio Thomaz Bastos, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e um dos advogados de acusação, está preocupado com a manifestada intenção dos advogados de Darli e Darci de pedir a transferência do julgamento para Rio Branco, capital do Acre.

Apesar do Fórum de Xapuri ser pequeno, o Conselho Nacional dos Seringueiros faz contatos para que o maior número de jornalistas e ambientalistas, do Brasil e do Exterior, assista ao julgamento.

O juiz Adair Longuini, responsável pelo processo, deverá anunciar no próximo mês algumas medidas para evitar tumultos durante o julgamento. (O Estado de S. Paulo, 26/08/90)

Fracassa tentativa de solução diplomática no golfo

A crise do golfo Pérsico voltou a se agravar: o secretário geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuéllar, anunciou dia 2 que suas conversas com o ministro das Relações Exteriores do Iraque, Tarek Aziz, não avançaram em direção a uma solução diplomática.

"Eu estou decepcionado porque esperava uma abertura por parte do governo iraquiano, o que não ocorreu", disse Pérez de Cuéllar pouco antes de deixar Amã rumo a Paris. Ele chegou a descartar a pequena brecha para o diálogo aberta por Aziz,

que sugerira uma "diplomacia discreta e paciente" para solucionar a crise.

"Eu esperava em Amã justamente numa missão de diplomacia discreta. Mas temos de ser claros. A situação é muito explosiva. Temos de agir com urgência. Não podemos esperar meses e anos para que a diplomacia discreta avance passo a passo", explicou Pérez de Cuéllar, referindo-se à presença de tropas dos EUA e das maiores potências européias, estacionadas no golfo Pérsico e preparadas para uma guerra com o Iraque. Para o secretário-geral não há tempo, nem

mesmo para negociar uma retirada parcial de tropas e mais tarde uma maior desmilitarização da região.

O Kuwait, ao contrário dos territórios árabes ocupados por Israel, fica numa região que dispõe de 60 por cento das reservas mundiais de petróleo. E 12 dos 20 Países da Liga Árabe, além dos EUA, da Europa e da Ásia, temem ver o golfo Pérsico controlado pelo imprevisível Saddam Hussein, o mesmo que iniciou uma guerra de oito anos com o Irã, na qual morreram um milhão de pessoas. (O Globo, 03/09/90)

Iraque mantém prontos aviões da morte química

Os supersônicos de ataque MIG-23 do esquadrão Khalil, da aviação do Iraque, são mantidos em uma base isolada no interior dos país.

As armas químicas estão proibidas pela ONU. O Iraque teria, segundo estimativas do Departamento de Defesa dos EUA, perto de 50 mil toneladas de estoque. Na relação dos vetores de maior perigo estão cepas de Clostridium botulinum, aplicadas na forma de spray portátil, que mata por meio da bactéria do botulismo, sem capacidade de cura, ou mesmo da peste bubônica, dos carbúnculos causadores de septicemia (infecção generalizada), e da arsina, que penetra lentamente no organismo e destrói em menos de uma semana o fígado, os rins e as vísceras de um homem saudável. (O Estado de S. Paulo, 28/08/90)

O nome do medo

Em Halabja, no Irã, as pessoas descobriram o nome do medo em maio de 1988. Quando comemoravam a chegada dos milicianos enviados por Teerã, caiu uma chuva anormal depois da passagem de uma esquadrilha de aviões iraquianos: gotas de "Diabo Negro", uma gelatina inflamável que adere à pele e queima, depois, até atingir os ossos.

O inventário dos vinte agentes químicos de emprego militar disponíveis nas forças do Iraque abrange sete grupos de efeitos diversos.

- Lacrimogênicos — provocam inflamações, confusão visual, cegueira temporária, intoxicações e, eventualmente, queimaduras.
- Vomitórios — responsáveis por convulsões musculares e dores de cabeça insuportavelmente fortes, levando à loucura temporária.
- Neutralizadores — derivados de alucinógenos, são usados para criar medo, pânico e sensação de desequilíbrio espacial.
- Asfixiantes — cuja inalação causa edema pulmonar imediato.
- Bloqueadores — determinam a interrupção de oxigênio do organismo pelos glóbulos vermelhos, suspendendo o mecanismo do metabolismo.
- Lesionantes — provocam feridas nas mucosas do sistema respiratório, excretor, determinando dores, infecções e hemorragias. Anticoagulantes.
- Térmicos — são os gelatinosos inflamáveis tipo Napalm, e os ácidos de reação orgânica que encontram em contato com a pele corroendo profundamente. (O Estado de S. Paulo, 28/08/90)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 128 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL

Congresso de Alfabetização reunirá 2 mil educadores em São Paulo

Organizado pelo Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização (Geta), o Congresso Brasileiro de Alfabetização, que acontece em São Paulo no fim-de-semana de 14 a 16 de setembro, na Faculdade de Direito da USP, é parte dos esforços tendo em vista marcar 1990 como o Ano Internacional da Alfabetização. O CBA organiza-se em torno de dois eixos: um relativo às políticas para a superação do analfabetismo e outro aos aspectos metodológicos da alfabetização. O Geta espera reunir cerca de 2 mil participantes, entre professores das redes públicas, de escolas particulares, de experiências populares de alfabetização, além de pesquisadores.

Este suplemento do *Aconteceu*, publicação quinzenal do CEDI, procura ampliar nossa participação nesses esforços, levantando questões que devem estar presentes nos debates do Congresso.

No primeiro artigo é mostrada a reação da CUT aos esboços de plano do governo, mostrando síntese das resoluções de uma conferência recente sobre o tema. No segundo apontamos, a partir da análise dos pronunciamentos do MEC entre março e agosto, uma baixa expectativa quanto à ação federal.

A gigantesca dívida externa não pode ser esquecida como limite às políticas sociais em geral, onde se inclui a educação, como se comenta na última página. Na página 3 reproduzimos declarações de pessoas diretamente envolvidas com a alfabetização, sobre aspectos fundamentais do problema e as vias de sua superação.



Neide Sierra

Experiências do movimento popular serão apresentadas no CBA

CUT critica plano do MEC

"O analfabetismo é visto como fardo social pesado, sem determinantes históricos e sociais". Esta é uma das críticas de sindicalistas ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, cujo esboço foi apresentado em meados de agosto à CUT, pelo MEC. O objetivo expresso do programa é viabilizar as condições para que "todo cidadão tenha assegurada sua oportunidade de alfabetizar-se, independentemente de sua idade, condição financeira ou local de moradia", mas só propõe ações no setor educacional. As críticas dos sindicalistas constam das resoluções da Conferência Nacional "Os trabalhadores, a escola pública e o analfabetismo", organizada pelo Departamento Nacional de Trabalhadores em Educação da CUT em agosto, em Belo Horizonte.

Para os trabalhadores, o analfabetismo não pode ser visto como "erva daninha" que possa ser erradicada através de campanhas, independentemente das condições que o geram. Erradicar o analfabetismo, diz o documento, "pressupõe erradicar a miséria total, a que

estão submetidas crianças, jovens e adultos. Não haverá projeto sério de alfabetização se não tiver como suporte projeto de mudança radical na ordem econômica e social".

Entre as propostas feitas no encontro estão tanto uma política que garanta a reposição das perdas e aumento real de salário, quanto medidas que obriguem os empregadores a garantir tempo remunerado, no período de trabalho, para cursos de atualização e reciclagem profissional, além da revisão imediata da leis que regulam o trabalho do menor.

Como um dos requisitos para a instauração de um "Movimento Nacional de Alfabetização/Formação de Jovens e Adultos", propõe que *não menos que 10% do PIB* sejam investidos, considerando insuficientes os atuais 3,5% aplicados em educação. Essa proposta se conjuga com outra exigência, a remuneração não inferior a um salário mínimo do Dieese (por 20 horas) para os alfabetizadores. (Orlando Joia/CEDI)

Analfabetismo e política educacional no descompasso do governo Collor

O desempenho do governo Collor na área educacional tem se caracterizado pela continuidade dos padrões de conduta do MEC estabelecidos há mais de cinco anos. Carlos Chiarelli está num cargo que três outros pefelistas já ocuparam por cerca de quatro anos no período Sarney: Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Hugo Napoleão. Mas essa continuidade pode ser vista também no fato do coronel Sérgio Pasquale, secretário-geral do MEC no governo Figueiredo, ter sido coordenador da área de educação da equipe de transição, assessoria que realizou levantamentos e adaptações para a instalação do atual governo. Pasquale foi até mesmo um dos nomes mais cotados para ocupar a pasta.

Promessas irrefletidas — A novidade talvez esteja no estilo que o presidente imprimiu, o cuidadoso cultivo de uma exagerada imagem de governo audacioso, empreendedor e destemido. Contagiado pelo comportamento pirotécnico de Collor, Chiarelli, logo que foi indicado, declarou que iria acabar com o analfabetismo em um ano e meio, no máximo dois anos. Entusiasmou-se de tal maneira com as próprias palavras que não parou de repeti-las, somente os prazos é que foram se tornando mais elásticos.

Dois promessas irrefletidas serviram de apoio às evoluções do ministro por cerca de cinco meses: a erradicação do analfabetismo e a adoção em nível nacional da idéia dos Cieps. Desta segunda, nada mais se disse e muito menos se fez. Com a meta de mobilizar a sociedade, Chiarelli falava em tom de campanha, de agitação, visando captar recursos da iniciativa privada e do exterior. Em maio, disse ter acertado um programa de alfabetização "de arromba" com Collor e definiu o seu início para julho. Estabeleceu que a partir de então cerca de cem mil professores seriam treinados para alfabetizar, em menos de um ano, sete milhões de crianças, jovens e adultos.

Desacerto nas datas — A secretária de Ensino Básico do MEC, Ledja Austrilino Silva, amparada por antiga amizade com o presidente, corre em raia própria e anunciou para 15 de julho o lançamento da campanha de alfabetização em todo o país, priorizando o ensino pré-escolar. Em junho, Chiarelli a secundou, afirmando que o plano de combate ao analfabetismo começaria "de qualquer maneira" naquela data, mas já acrescentava que até mesmo a Constituição, considerada ambiciosa, não espera erradicar o analfabetismo em 15 dias ou em 15 meses, mas em 10 anos. Logo o discurso da campanha foi execrado, até o insuspeito *O Globo* (18/06) noticiou que, para o ministro, a solução estaria num programa de alfabetização a longo prazo e que estava proibido falar em campanhas, por serem como as chuva de Brasília, "passageiras, fortes e localizadas, molham mas não empapam o chão".

Cortando o mal — Para encobrir a irresponsabilidade e inépcia com que estão agindo, essas autoridades têm procurado colocar mais um adereço à sua fantasia, a busca de uma feição democrática sob a forma da ampla consulta. Afirmando que erradicar o analfabetismo não é tarefa só do governo, cuja missão seria coordenar uma campanha com esse objetivo, o ministro tem se reunido com lideranças empresariais, do Rotary Club à Fiesp, solicitando apoio. Fez isso também com a CUT. Para esta última não propôs nada tangível e Jair Menequelli pediu ao menos algo escrito que pudesse ser apreciado pelo movimento sindical (só em agosto recebeu um rascunho do projeto). Aos empresários foi oferecida a gestão das escolas técnicas federais em troca da sua manutenção.

Paralelamente a essas iniciativas, Ledja Austrilino tem feito reuniões nos estados com representantes de universidades e de secretarias estaduais e municipais de Educação, solicitando projetos de alfabetização, para os quais o MEC forneceria suporte financeiro e técnico. Ledja defende a idéia de "cortar o mal pela raiz", priorizando o investimento na alfabetização já na pré-escola. Idéia fartamente criticada, sobretudo por transferir à pré-escola uma responsabilidade que é do 1º grau, mantendo-o desamparado.

Que política? — Logo que iniciou, o governo fechou a Fundação Educar. Esta não era de todo irretocável, mas era o órgão nacional responsável pela alfabetização de adultos. Junto com a Funtevê e o Inep, fundiu-se numa Fundação Roquete Pinto, que seria dirigida por Leleco Barbosa, filho de Chacrinha e amigo de Collor.

Toda uma série de declarações tonitroantes, além de ações atabalhoadas, só muito generosamente pode ser chamada de *política de Collor para a educação*. Não enfrenta o fato de que o orçamento deste ano para o setor é 10% inferior ao de 89, além de contrariar a Constituição, porque não destina 18% da receita para o ensino e não separa metade disso para universalizar o ensino básico e erradicar o analfabetismo. Também contrariando a lei, os recursos do Salário Educação continuam sendo desviados do 1º grau para os demais, ou para outras esferas não educacionais. Em 1988, só 52% dos recursos federais chegavam efetivamente às salas de aula. Hoje não há garantias de que essa irracionalidade tenha sido superada. Ao lado disso, o próprio ministro afirma que apenas 0,8% do orçamento do MEC é reservado para alfabetizar adultos.

O governo não confiscou apenas a poupança, tem confiscado também o direito de milhões de brasileiros à escolarização. Um histórico como este, mais que um retrato da atuação de poucos meses, possivelmente fornece as balizas das condutas futuras, marcando um programa que poderia ser decisivo na superação do analfabetismo. (Elie Ghanem/CEDI)

Como lidar com 20 milhões de analfabetos?

Luclana Whitaker/Agência Folha

A realidade do analfabetismo não se explica em si mesma, está relacionada a condicionantes de ordem social, econômica e política. Maria Mirtes Cordeiro Rodrigues, secretária de Educação do Município do Cabo (PE) e presidenta da Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação), considera que "o problema do analfabetismo tem origem na estruturação da sociedade, que leva à espoliação da riqueza, da cultura e do saber, uma vez que a lógica do capitalismo brasileiro não permite garantir condições mínimas de vida à maioria da população". Esta também é a opinião de João Bosco Bonfim, assessor do MEB (Movimento de Educação de Base, órgão vinculado à CNBB), para quem a questão do analfabetismo está diretamente ligada às condições de vida. Ele nega que seja preciso alfabetizar para que se altere o nível de vida das pessoas, acreditando que ocorra exatamente o contrário.

Para Jônathas Silva, secretário de Educação de Goiás e presidente do Consed (Conselho Nacional dos Secretários de Educação), o analfabetismo expressa desigualdades sociais, que reduzem os analfabetos à condição de cidadãos de segunda categoria por não saberem ler. "Esta situação", diz ele, "acaba por fragilizar a constituição de um estado democrático de direito".

O papel da escola — A alfabetização requer uma reviravolta na organização do ensino e cobra a atuação de um professor preparado para contribuir no resgate da cidadania da população brasileira, de acordo com Maria Mirtes Rodrigues: o professor "precisa de um processo de formação que o qualifique para esse trabalho e de um salário dignificante".

Maria Rosa Romero, da Comissão Municipal de Ensino de Piracicaba (SP), também atribui responsabilidade à organização da escola, pelo alto índice de analfabetismo, por considerá-la "inadequada aos filhos da classe trabalhadora. Tanto as exigências de horário como de aquisição de material didático e uniforme acabam por levar um número considerável de alunos ao abandono da escola ou à expulsão".

O presidente da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), Alceu Ferrari, considera necessário "um esforço de recuperação da escola pública, que foi abandonada nos últimos vinte anos. Além disso, também é preciso alterar a lógica interna da escola, que não é pública, uma vez que é regida pela seleção e baseia-se na exclusão".

Enfrentando o problema — "Discutem-se propostas para alfabetizar X milhões em X tempo", diz Alceu Ferrari, "mas não se discute a escola pública". As altas taxas de escolarização se associam a outras, também elevadas, de exclusão escolar. Coloca-se, para ele, a necessidade de um conceito que capte melhor a realidade dos sujeitos analfabetos: "O analfabeto é um excluído".

Maria Mirtes Rodrigues considera que "as medidas adotadas na área da alfabetização, como o Mobral, foram



Alceu Ferrari, da Anped: "O analfabeto é um excluído"

usadas com fins de propaganda política pelos governos e para combater o avanço da participação democrática dos trabalhadores. Ainda não tivemos uma decisão política por parte dos nossos governos para realmente enfrentar o analfabetismo". Para a educadora, isto requer soluções no âmbito federal e não pode ser resolvido no plano de ações municipais, pois os limites de uma atuação nesse nível e a escassez de recursos levam à estagnação. Afirma que "as práticas pedagógicas inovadoras que têm sido desenvolvidas em muitos municípios devem servir como experiências-laboratório, que precisam ser resgatadas pela União, aprofundadas e generalizadas".

Maria Rosa Romero também pensa ser "necessário que o Estado desenvolva uma política voltada para garantir os direitos básicos da cidadania, onde a educação se inclui". João Bosco diverge de Maria Mirtes, acreditando que se deva "eliminar qualquer pretensão a uma campanha nacional centralizada de erradicação do analfabetismo". O esforço deveria se concentrar nos municípios, inclusive para evitar o "círculo vicioso da grandiosidade de planos nacionais". A ação, tanto do Estado como da sociedade civil, deveria se desenvolver no nível municipal. Segundo João Bosco, "as organizações não-governamentais, igrejas, sindicatos e outros organismos da sociedade têm um papel fundamental a cumprir nessa batalha", como portadores de uma vontade política que deve ser apoiada pelo governo, contribuindo para a superação do problema. (Maria Isabel de Almeida/CEDI)

A dívida externa e a educação

A ONU declarou o ano de 1990 como o Ano Internacional da Alfabetização (AIA) e levantou a bandeira de que até o final do século a educação seja garantida a todos, erradicando-se o analfabetismo.

No entanto, a proposta do AIA desconsidera as desigualdades estruturais, políticas e econômicas que imperam nas sociedades do Terceiro Mundo, e os efeitos que têm sobre a educação. Embora os documentos do AIA falem em pobreza e desigualdades, suas causas estruturais não são consideradas.

Exemplo dessa visão é o descaso com que tratam o problema da dívida externa do Terceiro Mundo, vista como um obstáculo à educação do qual ninguém é responsável. As graves condições de vida das camadas pobres dos países subdesenvolvidos são atribuídas apenas aos desacertos das medidas adotadas por seus governos no tratamento da dívida externa. Ignora-se o fato de que as políticas de ajuste adotadas são resultados das imposições feitas pelo FMI e Banco Mundial para que os países recebam novos empréstimos.

Dívida externa na América Latina — Na América Latina a dívida externa já é superior a 420 bilhões de dólares, o que equivale a cerca de 40% da produção de todo o continente. Entre 1981 e 1985 os países latino-americanos remeteram aos bancos credores internacionais 161 bilhões de dólares, ou seja, 5% da produção realizada, o que significa a maior transferência de riqueza já ocorrida de uma região pobre para os países desenvolvidos.

Esse quadro econômico tem graves repercussões sobre a educação, na medida em que anualmente é reduzida a porcentagem do PIB destinada ao setor. A Cepal estimou que em 1987 o PIB *per capita* era menor que o de 1980 em 15 países latino-americanos e que a porcentagem do PIB destinada à educação em 1987 foi menor que a de 1980 em 18 países. Na América Latina os gastos públicos destinados à educação diminuíram de 88 dólares por habitante em 1980 para 60 dólares em 1986.

No Brasil não é diferente — No Brasil, a dívida externa é responsável pelo envio anual de 5,1% do PIB

ao exterior. Entre 1980 e 1987 o Brasil pagou 121 bilhões de dólares de serviços da dívida, sendo 82 bilhões somente de juros. No entanto a dívida cresceu de 64,2 bilhões de dólares em 1980 para 121,3 bilhões em 1987. Enquanto a dívida externa cresceu 88% nesse período, o PIB cresceu apenas 13%.

A política de ajuste adotada pelos governos brasileiros para fazer frente aos problemas da dívida externa provocou um processo inflacionário sem precedentes na nossa história, acumulando só em 1989 a cifra de 1783%, e uma política salarial que tem se caracterizado por uma deterioração dos salários reais, resultando hoje em salários 34% menores que os de 1983, que foi ano mais atingido pela recessão dos anos 80.

A agudização da crise no país traz repercussões negativas também aos investimentos sociais, tornando cada vez mais dramáticas as condições de vida da população devido a deterioração dos serviços públicos essenciais à classe trabalhadora.

Como resultado da pobreza crescente da população e do sucateamento do sistema público de ensino, a educação está enfrentando problemas sérios. O índice de evasão no 1º grau chega a 80%; 50% dos que ingressam na 1ª série são reprovados e cerca de 10 milhões de crianças, entre 10 e 14 anos, trabalham para ajudar a família.

O combate ao analfabetismo e o esforço de universalização da educação exigem medidas concomitantes. É necessário repensar a escola e ao mesmo tempo desenvolver um eficiente atendimento aos jovens e adultos analfabetos. Mas medidas desse nível só serão eficientes se houver a transformação da situação sócio-política do país. E isso requer, além de uma política interna que priorize o atendimento das áreas sociais, o enfrentamento da dívida externa, que só em 1989 retirou da economia brasileira 16 bilhões de dólares para pagamento dos serviços da dívida, e ainda permitiu a evasão de outros 12 bilhões, somando um total de 28 bilhões de dólares. Esse quadro impossibilita a alocação de recursos para o atendimento dos serviços públicos com qualidade.

Buscando conseguir recursos para a universalização da educação, a delegação brasileira propôs na reunião latino-americana preparatória à Conferência Mundial sobre Educação para Todos, a conversão de parte da dívida externa do Terceiro Mundo em fundos para garantir um amplo programa de educação para todos. Porém, na Conferência Mundial, na Tailândia, essa proposta foi desconsiderada pelas entidades promotoras, entre as quais o Banco Mundial, que tem dado os parâmetros de ajuste das economias dos países endividados.

O enfrentamento do analfabetismo exige uma atuação política firme e ampla. Somente uma política social que priorize o bem-estar da maioria da população brasileira e uma atuação pedagógica competente poderá responder à carência na alfabetização de crianças e adultos. E isso só se fará com a participação dos próprios interessados como sujeitos políticos do seu tempo e da sua educação. (Maria Isabel de Almeida/CEDI)

Aconteceu

Suplemento 2

Integra o nº 549, de 5 a 20 de setembro de 1990

**CEDI Centro Ecumênico
de Documentação e Informação**
Rua Santo Amaro, 129 - 22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 242-8847 - Fax: (021) 205-5993
Av. Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544 - Fax: (011) 825-7861

Programa Educação e Escolarização Popular